

# CARACTERÍSTICAS

\* PERSONALIDADE JURÍDICA → D. PÚBLICO

\* AUTONOMIA {  
ADM  
TÉCNICA  
FINANCEIRO - ORÇAMENTÁRIO

"INDEPENDÊNCIA"

↳ CONTEXTO  
(AMPLA AUT.)

\* PODEM AUERIR RECEITA PRÓPRIA

↳ FORMA DA LEI

↳ TAXA DE REGULAÇÃO ⇒ PAGA DIRETAMENTE  
À AGÊNCIA REGULADORA

\* SUJEITAS A CONTROLE { INTERNO → Ex: CGU E MINISTÉRIOS  
EXTERNO → Ex: TCU / JUDICIÁRIO

\* VINCULAÇÃO ÀS FINALIDADES

\* AUSÊNCIA DE { HIERARQUIA  
SUBORDINAÇÃO } → ENTE INSTITUIDOR

↳ REGRA: DECISÕES NÃO PODEM SER REVISITAS

## \* EXCEÇÕES:

→ RECURSO ADN HIERÁRQUICO IMPRÓPRIO ~

MINISTÉRIO  
SUPERVISOR

↳ DECISÃO { FUGA DAS FINALIDADES  
NÃO ADEQUADA COM A POLÍTICA PÚBLICA

→ AVOCACÃO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

↳ MOTIVO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO

# MANDATO FIXO DOS MEMBROS

\* DIREÇÃO → ÓRGÃO COLEGIADO

\* NOMEADOS → Pres. DA REPÚBLICA

↳ APROVAÇÃO → SENADO FEDERAL

\* MANDATO { 5 ANOS  
VEDADA RECONDUÇÃO (REGRA)

\* NÃO CABE → EXONERAÇÃO "AD NUTUM" (LIVRE)

PR + SF

## \* PERDA DO MANDATO

↳ { RENÚNCIA  
CONDENAÇÃO JUDICIAL ⇒ T/J  
PAD  
INFRINGÊNCIA → VEDAÇÕES LEI ESTABELECE

## \* QUARENTENA

(NÃO PODE  
ATUAR)

→ SETOR REGULADO  
→ 6 MESES (\$)

# RESOLUÇÃO DE LITIGÍOS

↳ ENTRE { DELEGATÁRIOS  
DELEGATÁRIOS x USUÁRIOS

~~FUNÇÃO  
JURISDICCIONAL~~